

Glosas econômicas críticas do mundo pós-2008: crise do capitalismo e suas implicações societárias

Critical economic overviews of the post-2008 world: the crisis of capitalism and its societal implications

Evandro Ribeiro Lomba¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as transformações societárias no mundo capitalista a partir da crise de 2008, com ênfase na reorganização e ascensão da extrema direita e na crise da razão. Tais fenômenos representam desafios novos e complexos, que demandam uma compreensão aprofundada por parte da crítica da economia política em nosso tempo, visando elucidar as dinâmicas que sustentam essas mudanças.

Palavras-chaves: crise do capitalismo; irracionalismo; extrema-direita.

Abstract: This article aims to analyze societal transformations in the capitalist world following the 2008 crisis, with emphasis on the reorganization and rise of the far right and the crisis of reason. These phenomena represent new and complex challenges that demand thorough understanding from the perspective of political economy critique in our time, seeking to elucidate the dynamics underlying these changes.

Keywords: capitalism crisis; irrationalism; far-right.

Introdução:

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a partir da crise capitalistas de 2008, mas sem abandonar contexto histórico antecedentes, as transformações societárias² que desemboca em uma exacerbação da crise da razão contemporânea. Com base em György Lukács (2013, 2020), observa-se a expressão desse fenômeno no campo ideológico por meio do avanço do irracionalismo de direita, acompanhado pela ascensão político-partidária da

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ) e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-UFRJ). Contato: evandroribeiroadm@gmail.com

² Reproduzo aqui o termo empregado pelo professor José Paulo Netto, em artigo publicado na revista Serviço Social & Sociedade, em 1996, no qual apresenta um panorama das metamorfoses da sociedade capitalista naquele contexto, buscando refletir sobre as problemáticas e desafios postos à profissão dos assistentes sociais. Tal termo expressa a perspectiva dinâmica e dialética da história, entendida como obra dos próprios homens, ainda que sob condições adversas e estranhadas, como ocorre no capitalismo. Indica, assim, que a reprodução social, por mais complexa que seja, constitui uma totalidade historicamente determinada, cujos nexos essenciais podem e devem ser apreendidos criticamente para uma compreensão da essência dos fenômenos.

extrema-direita nas principais nações capitalistas. Dessa forma, o arranjo teórico aqui proposto busca, por meio de uma sistematização bibliográfica marxista, contribuir para o debate crítico sobre a atual crise do capitalismo e suas principais determinações.

A rigor, a primeira grande transformação societária — que delineia os marcos de nossa era capitalista — é a insurgência de um novo modo de produção. O projeto civilizatório burguês³, em sua origem, apresentava um viés progressista e emancipatório, opondo-se às estruturas feudais rígidas e dogmáticas de dominação direta e reprodução da vida, que eram guiadas por uma visão de mundo permeada pelo misticismo religioso.

Segundo Augusto (2021), ao refletir criticamente sobre a teoria do liberalismo de Adam Smith, observa-se que, embora apresente limitações na compreensão real-concreta dos nexos sociais do então emergente modo de produção, sua obra representa o surgimento de uma nova ideologia. Essa ideologia não apenas buscava respostas para os desafios de sua época — marcada pelas revoluções francesa e industrial —, mas também conseguiu identificar algumas das contradições inerentes a essas novas formas de sociabilidade, especialmente aquelas que dizem respeito à relação entre capital e trabalho.

Em suma, “Os argumentos de Smith estão longe da negação da história e do formalismo, e o conseqüente agnosticismo e irracionalismo que caracterizam a decadência ideológica do liberalismo econômico” (Augusto, 2021, p.53). Portanto, ainda que Marx tenha observado um agnosticismo e falsas conexões em economistas precedentes e contemporâneos em suas teorias, caracterizadas como “vulgar”, acreditamos que o giro para um irracionalismo só se dá a partir da fase imperialista do capitalismo.

Com isso, Lenin (2021) e Lukács (2020) oferecem um importante arcabouço teórico para compreender uma fase marcada por um projeto anticivilizatório do capital — a fase imperialista —, impulsionada pela exacerbação das contradições inerentes a uma dominação mediada pelo trabalho determinado pela mercadoria.

³ No entanto, estamos longe de cair numa visão idílica desse processo histórico. Marx, em seu capítulo XXIV, de O Capital, já nos alerta para dinâmica da “acumulação primitiva”: Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. [...] O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (Marx, 2013, p.860-861).

Esse contexto é caracterizado pela interação cotidiana de guerras mundiais, monopólios e pelo próprio fetichismo do capital (expresso pela exacerbação do capital portador de juros e fictício que exercem uma preponderância para o processo de apropriação de mais-valor e interferem também nos nexos da produção), que se manifestam na forma de um mercado mundial. Nesse cenário, os Estados-nações disputam a soberania de suas fronteiras e posições estratégicas, visando assegurar a reprodução dos capitais.

Com base nesses pressupostos históricos, entendemos que um espectro da atual crise do capital se expressa no irracionalismo de direita, enquanto ideologias que buscam justificar o mundo como “[...] respostas reacionárias aos problemas da luta de classes” (Lukács, 2020, p. 14). Tais ideologias se sustentam em falsas conexões, especialmente aquelas ligadas a uma “[...] depreciação do entendimento e da razão, glorificação da intuição, gnosiologia aristocrática, rejeição do progresso sócio-histórico e criação de mitos” (Ibidem, p. 15).

Contudo, diferentemente do irracionalismo clássico, em que essas características citadas predominavam, o atual irracionalismo de direita se caracteriza por uma apologia direta ao capital, revestida de um discurso pretensamente científico. Dessa forma, ele conserva traços do passado, ao mesmo tempo em que introduz novas formas de defesa irracionalista da ordem vigente.

O mundo pós-2008 representa, portanto, um marco temporal de exacerbação e consolidação dessas visões de mundo no cotidiano. A crise do capitalismo reafirma e fornece a base material para um irracionalismo de direita em sua forma neoliberal, ainda mais intensificado, que se expressa em uma política institucional com traços mais reacionários. Essa política ganha espaço nas grandes nações capitalistas, marcada por uma agenda de ódio, ultranacionalismo e violência contra a classe trabalhadora.

Esse cenário impõe novos desafios à classe trabalhadora, especialmente no que diz respeito ao combate direto a essas visões e políticas, bem como à restauração de um projeto societário alternativo. Tal empreitada exige, necessariamente, uma renovação da crítica da economia política – tal qual Lukács (2013) havia mencionado - a qual buscamos apenas apontar, de modo aproximativo, um arranjo teórico a partir da análise da realidade.

1 - Os desdobramentos das crises do capitalismo contemporâneo pós-1970: uma aproximação crítica

O recorte temporal não foi escolhido aleatoriamente para um debate crítico.

A “crise dos *subprimes*”⁴ marcou um ponto de virada na historicidade do modo de produção capitalista, pois trouxe uma série de transformações societárias que abalaram o sistema financeiro global - este fundamentado no fetichismo da acumulação de dinheiro — pela via da dominância do capital portador de juros e fictício, como apontamentos postos por Marx (2017a) — e pela hegemonia do neoliberalismo como uma “visão de mundo” que implica uma prática objetiva e subjetiva do ser social, via uma ontologia do mercado exacerbada⁵.

No entanto, de modo algum, essa crise (2007/2008) significou um derrocada definitiva do capitalismo⁶ sobre suas próprias bases (algum tipo de implosão) e nem o fim de um projeto emancipatório de esquerda, mas pôs bases objetivas para um “colapso da modernização”, em que manifesta-se uma “[...] crise global que também ameaça o pretenso vencedor...”, isto é, o próprio capitalismo (Kurz, 1992, p.19). Ameaça que advém tanto pelo lado econômico, devido ao aumento da composição do capital e a redução social da produção total de valor, que é o próprio laço social da sociedade do capital, quanto pelo cataclisma ecológico. Os limites internos e externos à continuidade da acumulação do valor, engendrados endogenamente pela própria lógica do capital, estruturam o colapso civilizacional da sociedade do capital nesse século XXI, enquanto tendência. É nesse contexto que verificamos a ascensão, em escala mundial, de forças políticas as mais reacionárias possíveis —

⁴ Também conhecida como a crise de 2008, esse evento representou, segundo Tonello (2021), o estouro de uma bolha financeira no mercado global, impactando profundamente o ciclo de reprodução do capital e configurando-se como uma das maiores crises da história do modo de produção capitalista. Em sua superfície, a crise foi desencadeada pela intensa especulação em torno dos ativos financeiros vinculados ao aquecido mercado imobiliário norte-americano. No entanto, esses ativos transformaram-se em uma massa de títulos “podres” — ou seja, sem valor —, incapazes de realizar seu circuito no mercado. Isso gerou uma interrupção abrupta das transações financeiras, provocando a queda vertiginosa dos preços e o colapso de grandes instituições financeiras, como o emblemático caso do Lehman Brothers.

⁵ Embora Dardot e Laval (2016) ofereçam uma contribuição relevante ao debate, sua abordagem — ancorada em um prisma foucaultiano e weberiano — distancia-se da compreensão das legalidades tendenciais do valor como a chave de análise, para compreender os nexos que conservam e ampliam estranhamentos específicos sobre os sujeitos no capitalismo. Essa divergência é substantiva para a crítica da economia política, como ressalta Lukács (2018). Ainda que, o filósofo marxista-húngaro, não tenha analisado diretamente o neoliberalismo ou testemunhado seu ápice, sua *Ontologia* permite identificar que: “[...] o estranhamento de todo homem singular brota diretamente de suas inter-relações com a sua própria vida cotidiana. Esta é, no todo como nos detalhes, produto das relações econômicas imperantes em cada caso, e obviamente são estas que exercem as influências em última análise decisivas sobre os homens, também nos campos ideológicos” (Lukács, 2013, p. 637).

Portanto, os estranhamentos impostos pelas práticas dos sujeitos na era neoliberal são desdobramentos de um trabalho historicamente específico, produtor de riqueza abstrata e temporal (valor), enraizado na dinâmica do capitalismo sob condições geográficas, sociais e políticas particulares, portanto, ligadas à totalidade. Nas palavras do próprio Lukács: “Assim como a estrutura e o desenvolvimento econômico da sociedade fornecem a base objetiva dos fenômenos, assim a ontologia da vida cotidiana fornece aquele *medium* versátil da imediatidade, que, no caso da maioria dos homens, é a forma que os coloca concretamente em comunicação com as tendências espirituais do seu tempo” (ibidem, p. 637-638).

⁶ A posição teórica de Robert Kurz (1943-2012) tinha como um de seus eixos estruturantes a captura dos indícios do colapso da sociedade do capital em cada crise econômica que ocorreu a partir da década de 1980. Mesmo não tendo acordo com suas conclusões, entendemos que a leitura e adequada compreensão do arcabouço teórico desse autor aporta contribuições relevantes para um entendimento apropriado da dinâmica do capital no século XXI.

neofascistas⁷, enquanto respostas para a continuidade - ainda que condições mais deletérias - da acumulação do valor.

O arranjo societário que nos circundam é parte do desdobramento dialético⁸ da própria crise já iniciada nos finais dos anos 1960⁹, pela superprodução (e superacumulação) de capitais, que implica a incapacidade de reprodução do valor em escala crescente - enquanto riqueza historicamente específica do capitalismo - e a continuidade do nexo social estabelecido pela forma-mercadoria.

É em Marx que encontramos a análise da peculiaridade da reprodução da sociedade mediada pela forma-mercadoria que não perde suas legalidades tendências ao longo do tempo, pelo contrário se afirmam, ou seja:

M-D. Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O valor da mercadoria ao pular do seu corpo para o corpo ouro, executa, o que já chamei, de salto mortal da mercadoria. Fracassando o salto, não é a mercadoria que se frustra, mas o possuidor. A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor-de-troca (Marx, 1975, p.119).

Essa dinâmica social, cujo conteúdo é baseado na prática do trabalho, determinado por mercadoria, inverte as relações entre pessoas, transformando-as em relações mediadas por coisas (mercadorias), de modo que os sujeitos “fazem isto, sem o saber” que fazem (Marx, 1975, p. 82)¹⁰.

Com isso, os limites impostos pela reprodução ampliada do capital, como um curto-circuito entre valor-de-uso e valor, ou num outro nível de abstração, compra e venda de

⁷ Segundo Marcelo Badaró (2020), sua investigação historiográfica comparativa contribui teoricamente para a compreensão do neofascismo como uma manifestação política característica de nossa época, em meio à crise do capitalismo. Devido às circunstâncias históricas atuais sejam distintas daquelas do nazifascismo de Hitler e Mussolini, observa-se a ascensão de ideias e práticas reacionárias e conservadoras com traços semelhantes — ainda que não idênticos —, influenciadas pela dinâmica das lutas de classes e pela reprodução do capital no século XXI.

⁸ Em Marx nota-se o significado preciso dessa relação posta pelos sujeitos, mas encarnadas nas “coisas”, mercadorias, ou seja: “Já vimos que a troca de mercadorias encerra elementos contraditórios e mutuamente exclusivos. A diferenciação das mercadorias e dinheiro não faz cessar essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas se podem mover. Este é, afinal de contas, o método de solucionar contradições reais. É uma contradição, por exemplo, ser um corpo, continuamente, atraído e repelido por outro. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição se dá e se resolve ao mesmo tempo” (Marx, 1975, p.116-117).

⁹ Para Mészáros (2011), essa crise representa um tipo de crise estrutural de efeitos cronificados, que se prolongam no tempo de forma arrastada. Esse fenômeno implica não apenas uma queda de indicadores econômicos (PIB, taxa de lucro, taxa de crescimento mundial e desemprego), mas um esgotamento civilizatório do capital que amplia o fosso social entre burgueses e proletários. Além disso, revela barreiras e limites cada vez mais estreitos, pelo caráter destrutivo da produção que se aproximam do que podemos chamar de cataclismo ambiental.

¹⁰ A crítica de Marx e o caráter da dominação abstrata e temporal do valor, que concentra-se numa particularidade histórica do desenvolvimento do ser social, pode ser melhor compreendida em Postone (2014) e Araujo (2022).

mercadorias, ganha dimensões ainda mais concretas — expressas na dinâmica produtiva, tecnológica e no papel de um tipo específico de Estado, caracterizado na literatura como o período do keynesianismo-fordismo¹¹ (1940-1960) — transformam-se em barreiras que evidenciam a contradição do capital “[...] entre a sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção” (Marx, 2017, p. 290).

A resposta a essas barreiras (crise do capitalismo de 1970) foi dada com a realocação do capital na forma-dinheiro, sobreacumulado, em mercados com taxas de lucro mais atrativas. Essa movimentação gerou rendimentos por meio da reprodução ampliada desses capitais em um mercado globalizado, mediada por tecnologias¹² que facilitaram a transferência monetária e por uma estrutura jurídica que legitimou tais práticas.

Com isso,

É dentro dessa lógica que o processo de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros se constitui. Todo o processo de inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros que, em sua grande maioria, nada mais significam que títulos de crédito que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido), incluindo aqui o famoso mercado de derivativos, se desenvolve a partir dos anos 70 do século passado, e se acelera desde então, como uma forma do capitalismo criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada, isto é, que havia sido produzida em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de lucro então observadas (Carcanholo, 2011, p. 75).

Para Kurz (2015), esse processo foi acompanhado por uma “economia de guerra permanente”, liderada pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os EUA entraram em um conflito — ainda que não diretamente bélico — com a antiga União Soviética (URSS), exacerbando o endividamento público e privado como meio de garantir a reprodução ampliada do valor. Isso ocorreu por meio de investimentos massivos no “complexo militar-industrial” e pela atuação dos EUA como uma “polícia mundial” na gestão da economia global, especialmente a partir dos anos 1980¹³.

¹¹ Ver por exemplo em Antunes (2009) e Tonelo (2021).

¹² Kurz (2015) destaca as transformações tecnológicas impulsionadas pela microeletrônica e suas implicações para o desenvolvimento das crises financeiras globais, além do papel dos Estados Unidos na gestão da barbárie inerente ao capitalismo contemporâneo. No entanto, longe de polemizar com o autor, mas sim com intuito de melhorar, consideramos equivocada a ideia de uma “terceira revolução industrial”, tal como ele propõe em seus textos. Em vez disso, defendo que se trata de uma terceira revolução tecnológica, uma vez que, teórica e historicamente, conforme sustenta Marx (2017), a revolução industrial foi a instauração da forma especificamente capitalista de produção de mercadorias — a grande indústria. Essa forma superou a manufatura capitalista e colocou, por assim dizer, o capitalismo sobre seus próprios pés.

¹³ Além disso, é importante destacar que esse terreno material fortalece um tipo de irracionalismo de direita, abertamente apologético ao capital, sob a hegemonia do capital-imperialista dos Estados Unidos. Como já apontava Lukács (2020) no prólogo de *A destruição da razão* (1954), há tendências que indicam uma possível aproximação de ideias fascistas no país mencionado. Retomaremos essa questão mais adiante.

Diversos comentadores marxistas - com suas mobilizações particulares do arsenal categorial da crítica da economia política - destacam o papel central do Estado na reprodução do capital neste século XX intenso e extremo — para parafrasear Eric Hobsbawm (1995). Nesse contexto, os mecanismos de dívida pública e fundo público assumem uma função vital, atuando como uma “boia salva-vidas” para a reprodução ampliada do capital, conforme alertam Mota (1995), Mészáros (2011; 2012), Streeck (2018) e Behring (2021), mas também em Lenin (2021).

Sem dúvidas, o papel do capital portador de juros e fictício, não ganha uma inauguração histórica¹⁴, mas sim uma centralidade que acentua o processo produção e apropriação do mais-valor, no mercado mundial, nesta fase imperialista.

Esse processo culminou em um deslocamento (temporário) da crise do capital, iniciada nos anos 1960/70, mas sob uma estagnação econômica persistente, acompanhada de inflação e taxas de crescimento e lucratividade que não correspondiam às expectativas de retomada dos “anos dourados” do capitalismo em escala global¹⁵. E também, condições de reprodução da vida para a classe trabalhadora, de modo mais difícil, devido à compressão dos salários, direitos e moradia.

Esse cenário evidenciou em seguida os sinais históricos de esgotamento desse padrão de acumulação “financeirizado”, manifestados em uma sucessão de crises: a crise da dívida dos países latino-americanos (1982), a crise do mercado financeiro (1987), a crise do Sistema Monetário Europeu (1992-1993), a crise do México (1994-1995), a crise asiática (1997), a crise russa (1998), a crise da Argentina (1999-2002) e a bolha das pontocom (1999-2001)¹⁶.

Essa sucessão de paralisações e retomadas cíclicas, mesmo diante de um quadro mais amplo de estagnação global e dos esgotamentos civilizatórios do capital — conforme

¹⁴ Em termos rigorosos, esses mecanismos já existiam na época de Marx (2017), ainda que em menor escala. No entanto, ao compreender sua crítica da economia política — especialmente no que diz respeito à exposição das categorias e das leis tendenciais—, é possível identificar que tais mecanismos são determinações intrínsecas ao próprio devir do capital. Sua exacerbação tornou-se dominante desde o início do século XX, mas adquiriu novas determinações com a virada da crise estrutural do capital a partir da segunda metade do século XX.

¹⁵ Os dados e análises pormenorizadas, recomendamos ver em Carcanholo (2010).

¹⁶ Devido ao espaço limitado de um artigo, não é possível detalhar cada uma das crises mencionadas. No entanto, parte dessa análise pode ser encontrada em Carcanholo (2011) e Tonelo (2021), que evidenciam como o cerne dessas crises está intrinsecamente ligado à exacerbação da lógica fictícia e portadora de juros do capital. Essa dinâmica permeia o tecido social, revelando-se como um padrão que atravessa o processo de produção e apropriação do valor no mercado mundial, gerando também implicações de endividamento para os Estados, conforme destacam Streeck (2018) e Kurz (1992; 2015). É nesse contexto que se consolida uma “hegemonia das finanças”, frequentemente simplificada pelo uso vulgarizado do termo “financeirização”. Para uma análise mais aprofundada das polêmicas em torno do conceito e uma definição precisa de “financeirização”, na qual nos guia, recomenda-se a leitura de Prado (2014).

apontam Mészáros (2011) e Kurz (2015)¹⁷ —, encontra seu desfecho e, simultaneamente, uma nova abertura com a “crise dos *subprimes*”.

Ocorreu, por meio da securitização¹⁸, um processo no qual os mercados financeiros — com seus fundos de investimento e bancos — criaram mecanismos de alavancagem de créditos para sustentar o aquecimento do mercado imobiliário nos Estados Unidos no início do século XXI.

Em síntese:

Acontece que a explosão da bolha financeira [superprodução da forma fictícia do capital - ERL] se deu justamente devido à política dos bancos de aumentar, ainda mais, quase no limite, a desregulamentação financeira (ou seja, o conjunto de procedimentos para o oferecimento de crédito), de modo a estimular os corretores a praticar a venda hipotecária sem análise de crédito detida, sem pedir às famílias documentos ou meios que comprovassem que dispunham de capacidade para pagar a dívida que adquiriam. Nesse sentido, aceleraram as vendas para os clientes *subprimes*, e o risco nos pacotes financeiros que repassaram aos investidores começou a se tornar cada vez maior (Tonelo, 2021, p.21).

Seja pela forma fictícia da apropriação, seja na industrial¹⁹ ou sua imbricação - entendida como financeirização - a ruptura da crise mostrou-se mais uma vez a face “negativa do capital” de modo severo. Devido a socialização crescente dessa lógica desmedida²⁰, que encarna nas categorias econômicas - como o dinheiro e mercadoria (e o dinheiro com própria mercadoria) - uma pseudo “[...] capacidade de se acumular indefinidamente até o infinito,

¹⁷ Mobilizando de maneiras distintas as categorias de Marx, os autores convergem no diagnóstico de José Paulo Netto, que identifica a “cronificação da crise” (2012, p. 91) como uma característica central do capitalismo contemporâneo. Esse fenômeno gera transformações societárias profundas, que se refletem na barbarização da vida cotidiana. Ao longo deste texto, buscaremos evidenciar como essa tendência se concretizou em nosso tempo, estabelecendo uma ligação direta com a reconfiguração do capitalismo após a crise de 2008.

¹⁸ Essa é a forma real-concreta da operação do capital fictício, que não gera uma riqueza (valor), mas que possui validade “real” no presente, sintetizada por Marx (2017) na fórmula (D-D’). A seguir, apresenta-se uma explicação empírica desse fenômeno no contexto do mercado financeiro-imobiliário: “O objetivo do processo de securitização era diluir as hipotecas de alto risco de inadimplência em outros ativos considerados mais seguros, de modo que o novo ativo criado — no caso, os CDOs (Collateralized Debt Obligations) — pudesse ser bem avaliado pelas agências de classificação de risco, como Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch. Dessa forma, esses títulos encontravam mercado. Por meio desse mecanismo, os bancos conseguiam transformar cerca de 75% das dívidas negociadas em novos títulos, melhor classificados e com ratings superiores. Assim, ao vender esses pacotes financeiros para investidores, os bancos de investimento transferiam a eles a maior parte dos rendimentos e dos riscos” (Tonelo, 2021, p. 21).

¹⁹ É crucial ressaltar que, sob a perspectiva da crítica da economia política, não se diferencia a apropriação do valor com base na divisão setorial das atividades no mercado mundial — isto é, “setor primário, secundário ou terciário”. Essa abordagem é incompatível com a crítica elaborada por Marx em *O capital*. Em vez disso, o enfoque recai sobre a funcionalidade e a dinâmica do valor, sua produção e circulação, mediadas pela concorrência, que impõem particularidades a cada forma de capital: industrial, comercial e portador de juros.

²⁰ Em Grespan, podemos entender a categoria para Marx num duplo significado: “Se a desmedida que caracteriza o progresso infinito da acumulação define, num primeiro sentido, a medida da autovalorização, esta também pode levar ao aparecimento de uma desmedida num segundo sentido, de perda de referência do processo de valorização no valor produzido sob condições capitalistas. Com isso, é “descoberto o fundamento da sobreprodução, a contradição fundamental do capital desenvolvido” que aparece como ‘base imanente para (...) as crises’ (Grespan, 2012, p.105-106).

sem limites” (Grespan, 2009, p.35), que encontra as barreiras na própria crise, ou seja, ruptura entre nexos sociais estabelecidos pela compra e venda de mercadorias; ou, em um nível mais alto de abstração, para captarmos a essência, um curto-circuito nos laços sociais mediados pelo valor.

Além disso, outro aspecto crucial da crise manifesta-se no plano ideológico. Embora a dimensão econômica da crise tenha abalado severamente as estruturas do capital, ela consolidou as prerrogativas neoliberais, fundamentadas em uma ontologia mercadológica e intuitiva de inspiração hayekiana²¹. Trata-se de um tipo específico de irracionalismo de direita²², que justifica um mundo onde a guerra de “todos contra todos”, imposta pela concorrência de mercado, deve prevalecer, sobrevivendo apenas o mais forte — ou seja, quem detém mais capital²³.

Apesar de a agenda neoliberal de políticas econômicas não ter correspondido às expectativas de crescimento global, ela “deu certo” do ponto de vista da concentração e centralização de capitais em pequenos grupos financeiros, comerciais e industriais. Além disso, engendrou as bases dessa ontologia do mercado exacerbada.

A intervenção de Prado (2012) nos permite destacar que, embora não se possa reduzir o neoliberalismo apenas a Hayek²⁴, é inegável que ele se constitui como uma ontologia

²¹ “Hayek resume tudo isso na tese polêmica de que a ordem social é amplamente espontânea, a qual complementa com a tese da mão invisível. A primeira sustenta que a ordem é produzida sem intenção. A segunda contém duas partes: a coordenação em processo das ações ocorre cegamente e o faz de um modo que é, em última análise, benéfico para todos os que nela se abrigam, ainda que assimetricamente. Esse argumento mostra que Hayek faz uso implícito de uma noção de providência, ainda que sem lhe atribuir procedência divina. A providência que atua no sistema é capaz de conciliar os interesses que movem os indivíduos, particularmente na esfera econômica. Há, por exemplo, contradições entre os planos dos compradores e vendedores, dos credores e devedores etc.; mas a mão invisível tende a harmonizá-las” (Prado, 2012, p. 108).

²² A originalidade de Lukács em seu polêmico e instigante livro “A destruição da razão” (2020) põe elementos para questionar formas de pensamento filosóficas, que expressam um compromisso relativista, místico e subjetivista que destronam a razão com elemento objetivo de compressão do mundo. Diz melhor o autor: “[...] não existe visão de mundo “inocente”. [...] a tomada de posição a favor ou contra a razão é decisiva quanto à essência de uma filosofia enquanto filosofia, no seu papel junto ao desenvolvimento social. Até mesmo porque a própria razão não é algo que paira acima do desenvolvimento social de modo apartidário e neutro; pelo contrário, ela reflete sempre a racionalidade (ou irracionalidade) concreta de uma dada situação social, de que uma dada direção do desenvolvimento histórico e, ao lhe dar clareza conceitual, promove ou retarda esse desenvolvimento. Essa determinação social dos conteúdos e das formas da razão não implica um relativismo histórico. Em todas as condições sócio-históricas desses conteúdos e dessas formas, o caráter progressista de cada situação ou tendência de desenvolvimento é algo objetivo e com consequências que ocorrem, independentemente da consciência humana. Se aquilo que se move para adiante é considerado razão ou desrazão, se isto ou aquilo é afirmado ou rejeitado, constitui justamente um fator essencial e decisivo na tomada de partido, na luta de classes na filosofia” (Lukács, *ibidem*, p.10-11).

²³ Não obstante, a defesa - apologética - do *laissez-faire* no autor determina sua teoria da crise, como ciclos inevitáveis das crises, cuja solução é a própria destruição e reconstrução dos capitais pela vitalidade própria da dinâmica, ou seja, uma verdadeira guerra de “todos contra todos”. Mais detalhes ver em (Prado, 2012).

²⁴ O artigo de André Guimarães Augusto (2021) apresenta elementos fundamentais sobre o papel de Ludwig von Mises e sua contribuição teórica e metodológica para uma apologética ao capital, revestida de uma pretensa cientificidade. Essa abordagem, no entanto, representa o irracionalismo de direita, que ganha cada vez mais

voltada à defesa dos interesses da classe detentora dos meios de produção, disposta a alcançar seus objetivos a qualquer custo, inclusive por meio de práticas reacionárias e violentas, que são postas em movimento já durante os “longos anos 60” (Rodrigues, 2016) e ganham desdobramentos significativos no pós-2008.

Com as transformações decorrentes da reestruturação produtiva, o avanço da microeletrônica, os ajustes fiscais permanentes (Behring, 2021) e a contrarreforma dos direitos da classe trabalhadora — do Norte ao Sul global —, observam-se as respostas do neoliberalismo, que acabaram “[...] determinando a flexibilização do mundo do trabalho, a compressão do tempo e do espaço e, por consequência, a constituição de uma sociedade da volatilidade e do descarte” (Rodrigues; Mota, 2021, p. 915) ganhando traços cada vez mais reacionários neste mundo pós-2008.

Ao final deste preâmbulo histórico, que buscou evidenciar as conexões de um cenário amplo e a cronificação das crises capitalistas, o objetivo da próxima seção é direcionar a análise para a ascensão de uma nova extrema direita no cenário político mundial, assim como para as expressões de uma crise da razão que sustentam suas visões de mundo. Tais visões estão fundamentadas em um novo irracionalismo, ainda mais à direita e reacionário.

2 - Uma nova extrema direita, crise da razão e as respostas à crise do capital pós-2008

Como o título da seção já explicita, nossa hipótese é que os limites impostos pela exacerbação da dinâmica do valor e sua socialização enquanto “[...] riqueza sempre crescente e crescentemente estranhada (Duayer, 2011, p. 26), posta pelos sujeitos, revelam uma incapacidade de progressão crescente dos indicadores econômicos e externalizando cada vez mais um caráter anticivilizatório do capitalismo²⁵, cuja ruptura da crise de 2008 ressalta que as saídas pela via da “financeirização” apenas cumpriu o objetivo da reprodução do capital de pequenos número de grandes conglomerados empresariais em detrimento da ampliação da miserabilidade. Afinal, capitalismo é isso, como já posto pela crítica marxiana em sua lei Geral de acumulação Capitalista (Marx, 2013).

Embora o capital seja constituído pela prática de um tipo de trabalho abstrato, voltado à produção de uma riqueza temporal (Postone, 2014), desmedida e com um fim em si, a gestão dessas capitais – manifestada pela classe burguesa – é representada por uma

espaço no período pós-Segunda Guerra Mundial e influencia diretamente a criação do neoliberalismo com essa visão de mundo que domina o presente.

²⁵ Mavi Rodrigues ressalta que esse fenômeno está entrelaçado com as transformações societárias iniciadas nos finais dos anos 60 e que ocorrem através de múltiplas formas. O projeto anticivilizatório do capital manifesta-se pela: “[...] deterioração das condições de vida das grandes massas, o aumento da insegurança social, da militarização social e da promoção de guerras (Vietnã), a defasagem entre o anúncio dos direitos democráticos e a discriminação efetiva de grandes grupos sociais (mulheres, negros, migrantes) e a reprodução da pobreza nas periferias...” (Rodrigues, 2016, p.128).

sociabilização da dinâmica de apropriação do valor por meio das “sociedades anônima” de investidores e empresários²⁶. Essa estrutura adquire posições políticas e ideológicas cada vez mais ultraconservadoras.

Seus traços mais elementares – antimodernos, teocêntricos e abertamente reacionários - lembram o conteúdo aristocrático do pensamento de Edmund Burke, travestidos, porém, de uma roupagem nova, adaptada à contemporaneidade, já que incorpora expressões e conceitos próprios do ultraneoliberalismo e utiliza ferramentas high tech (como as redes sociais e, até mesmo, robôs replicadores de postagens na internet) que atingem milhares de pessoas (Rodrigues; Mota, 2021, p. 913).

O avanço das forças produtivas, dessa terceira revolução tecnológica que sustenta as bases do avanço da extração do mais-valor relativo e absoluto e permitem uma transação mundial, em instantes, dos investimentos monetários, é também a possibilidade de uma propagação ideológica, irracionalista de direita, para sustentar pela via do ódio e medo uma “cultura da crise” tal qual (Mota, 1995) já havia sinalizado, mas com novas determinações.

Neste quadro histórico, impera um irracionalismo pela via do negacionismo científico, antimoderno, relativista da verdade e intuitivo, que também não é um “privilegio” apenas do espectro político de direita²⁷, mas possui imbricações severas para a classe trabalhadora, cuja “ofensiva neoliberal” (Netto, 2012)²⁸ representou a implantação de uma série de privatizações e desmantelamento do Estado e das políticas sociais voltada aos interesses de manutenção da classe trabalhadora em privilégio daqueles do grande capital, no mundo pós-queda do muro de Berlim.

²⁶ Essa característica é ressaltada pela descrição conjuntural de David Harvey: “A tendência de investimento em ativos se tornou generalizada. De 1980 em diante vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas. Isso foi particularmente verdadeiro na indústria automobilística. Essas corporações agora eram administradas por contadores e não por engenheiros, e suas divisões financeiras que tratavam de empréstimos aos consumidores foram altamente rentáveis. A General Motors Acceptance Corporation tornou-se logo uma das maiores detentoras de hipotecas de propriedade privada, bem como um lucrativo negócio de financiamento de compra de carros. Mas mais importante ainda, o comércio interno dentro de uma corporação que produzia autopeças em todo o mundo permitiu que preços e demonstrativos de lucros fossem manipulados em diferentes moedas de forma a declarar lucro em países onde as taxas eram mais baixas e usar flutuações de moeda para obter ganhos monetários. No entanto, para se proteger, as empresas também tiveram de blindar-se contra potenciais perdas ligadas a mudanças inesperadas nas taxas de câmbio” (Harvey, 2011, p. 28).

²⁷ Os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho (2010), Mavi Rodrigues (2006) e Foster (2023), embora com objetos de estudo distintos, destacam, por meio de uma crítica ontológica inspirada em Lukács, o surgimento e a consolidação de um irracionalismo de esquerda. Esse fenômeno ganhou força e densidade a partir dos anos 1960 e se intensificou após a queda do Muro de Berlim como marco histórico significativo.

²⁸ Em consonância com a observação anterior, é possível notar que a gestão do neoliberalismo também foi praticada por governos considerados de “esquerda”. Esse foi o caso, por exemplo, do governo de Tony Blair — destacado por Antunes (2009) — e dos governos do PT, liderados por Lula e Dilma. Atualmente, com o retorno do PT ao poder, observa-se a continuidade de traços ainda mais exacerbados de um ajuste fiscal permanente, conforme expõe Bering (2021), sem a revogação de medidas implementadas pelo governo golpista de Temer (2016-2019), como podemos compreender a partir de Carvalho & Silva (2020).

Sobretudo após a crise de 2008, por um lado, Saúde, Educação, Transportes, Previdência Social entram no circuito do valor. Por outro, as empresas estatais passam a ser privatizadas e sofrem maiores pressões para maximizar a taxa de lucro. Nos dois, casos a redução do capital variável em relação ao capital constante, pioram a qualidade dos serviços prestados e impulsionam a redução da produção social do laço social dessa sociedade (o valor)²⁹. O que ocasiona a produção de uma massa de desempregados que perderam, ao longo dos anos, os laços determinativos de sua condição de proletários (trabalhadores produtores de valor e mais-valor). Esse fenômeno se apresenta em escala planetária e a sociologia do trabalho retrata como precarização laboral. Ricardo Antunes (2009) é a referência no âmbito dos estudos sobre essa "nova morfologia do trabalho". Não obstante, pela letra do autor: “[...] a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindustrial do século XXI” (Antunes, 2018, p. 38).

Este é o cenário em que a extrema direita ganha terreno, impulsionada pela popularização do consumo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano das massas, especialmente por meio das redes sociais acessadas via aparelhos celulares conectados à internet. Esse fenômeno permite o exercício de um poder manipulatório, que Lukács (2013) identifica como uma necessidade da dominação ideológica, elemento crucial para a continuidade da subordinação das massas, que para nós é ligada à *dynamis* da dominação do valor.

Para o Big Data, cuja existência depende da comercialização para fins publicitários de dados compartilhados, é lucrativa a produção e divulgação de narrativas que obtenham o máximo de atenção e engajamento dos indivíduos que circulam na internet, isto é, a sua rentabilidade depende da capacidade de produzir notícias que sejam massivamente compartilhadas. Assim a monetização de toda informação que circula na web (o verdadeiro negócio dos conglomerados digitais) leva invariavelmente à desinformação (fake news) e à disseminação de ideias de negacionismo científico, discriminatórias, racistas, machistas e protofascistas que são a expressão de uma política anticivilizatória. Nessa política que tem o ódio e o reacionarismo como combustível, a formação da maioria não se dá por meio da união de pessoas em torno de um denominador comum, mas ao contrário: é a inflação de paixões entre grupos que pode unir pelos extremos (Rodrigues; Mota, 2021, p.914).

Devido ao caráter mais fetichizado (Marx, 2017a) da reprodução do valor pela via das finanças e da produção pulverizada pela mundo (sobretudo contida no Leste europeu e na

²⁹ Conforme os apontamentos de Araújo (2024), Marx, no Livro 1 de O Capital, esclarece que a lógica do capital tem apontado tendencialmente — como expressão da crescente contradição entre riqueza material e riqueza abstrata-temporal (valor) — para a expulsão de um contingente significativo de trabalhadores de seus postos, formando assim uma “massa do povo” apartada dos laços sociais mediados pela mercadoria.

Ásia) produziu-se novos fenômenos de efervescência da lutas sociais³⁰ e de ondas migratórias³¹, mas, ao mesmo tempo, o palco para uma extrema direita, cujos traços neofascistas apresentam-se pela via de uma política de ódio aos imigrantes, carregados de preconceitos xenófobos, racistas e misóginos a continuidade do modo de produção capitalista. Tudo isso ocorra sobre traços mais exacerbados das contradições endógenas à lógica do capital que manifestam-se numa forma arraigada do projeto anticivilizatório do capital³².

Não obstante, governos como de Viktor Orbán (2010-atual), Trump I (2016- 2020) e II (2025-atual), Bolsonaro (2018-2022) e Milei (2023-atual) são expressões, ainda que com inúmeras particularidades e mediações, de um movimento amplo de realinhamento da extrema direita, que mobilizam pautas ultraconservadoras, endereçadas à manutenção da acumulação do capital sob viés de um irracionalismo de direita, representado por uma ideologia neoliberal do tipo hayekiana, que mobiliza pela via do medo, ódio e violência, os sujeitos a continuarem a “fazer o que fazem” (MARX, 1975, p. 82) sem saber, ou seja, trabalho homogeneizado (abstrato), em escala mundial e crescentemente estranhado e intensificado.

Com um discurso que se apresenta como “outsider”, o fenômeno da nova extrema direita também envolve atores dos grandes oligopólios industriais e tecnológicos, como as *Big Techs* e *Big Datas*, que assumem o centro do comando das engrenagens da política institucional. Essa retórica, já conhecida desde Hayek e Mises³³, parece ser resgatada e

³⁰ O trabalho de Tonello (2021) destaca alguns desses movimentos de lutas da classe trabalhadora e resistência pelo mundo - ainda que sem uma coalizão de projeto anticapitalista internacional - o que torna-se o grande desafio de nosso tempo. Elemento de uma esquerda “contaminada” pelo nuances do pós-moderno e a descrença em um projeto emancipatório e realmente democrático de esquerda, ligado às transformações societárias de Maio de 1968, como aponta Rodrigues (2016).

³¹ Em Kurz (2015), observa-se que a força das ondas migratórias é um produto da dinâmica da acumulação capitalista e de suas contradições sistêmicas, especialmente o descompasso entre o aumento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Essas contradições geram crises que negam a própria substância produtora do valor: o trabalho abstrato. É a partir da criação de uma massa de despossuídos e da centralidade do dinheiro laço social, e como signo da riqueza para a reprodução da vida, que surge uma onda migratória forçada em direção a “bolsões de renda”, na busca desesperada por algum tipo de emprego que permita a subsistência. Já em Arantes (2023), essa dinâmica é interpretada como uma “periferização do centro” capitalista, resultado de uma “fratura” no mundo provocada pela socialização crescente e contraditória do capital. Essa insustentabilidade se manifesta como um projeto que agora assume traços bárbaros de reprodução da vida cotidiana, configurando uma verdadeira anticivilização.

³² O artigo de Paulo Henrique Furtado de Araújo (2024) apresenta reflexões instigantes sobre o “colapso” das relações mediadas pelo valor, que, a nosso ver, caracteriza-se como um projeto anticivilizatório do capital. Tal projeto, conforme destacado pelo autor, é resultado de uma crescente socialização que, de forma contraditória, produz “[...] o surgimento de sujeitos monetários sem moeda, que ingressam na condição de pauperismo e, em pouco tempo, já não têm condições de retornar às fileiras dos trabalhadores produtivos (proletários). Eles constituirão a massa do povo, o resultado histórico do processo de acumulação capitalista, sem os quais qualquer projeto emancipatório do constrangimento lógico do valor está fadado ao fracasso” (2024, p. 161).

³³ A argumentação sobre teoria e método em Mises torna-se mais clara a partir das considerações de Augusto (2021, p. 61).

aplicada na prática por meio da praxiologia desse empresariado que ingressa na política para promoção direta de seus interesses financeiros.

Com Mészáros nota-se que:

Para Hayek, as coisas são muito simples em suas equações de apologia do capital: “sem os ricos – os que acumularam o capital – os pobres que existissem seriam ainda mais pobres”. E assim, no que diz respeito às pessoas “que vivem nas periferias ... por mais doloroso que seja este processo, também elas, ou melhor, especialmente elas se beneficiam da divisão do trabalho formada pelas práticas das classes empresariais” ... “ainda que isto signifique morar por algum tempo [sic!] em favelas das periferias”. Naturalmente, defende-se a costumeira selvageria de deixar a última palavra do julgamento ser pronunciada pela presença ou ausência de acumulação lucrativa de capital – para o que absolutamente nenhuma alternativa deve ser contemplada, nem por um momento – em questões que afetam o tamanho da população, quando se argumenta, com ilimitada hipocrisia (em nome da retidão moral)... (Mészáros, 2011, p.197).

Não obstante, essa pseudociência parece exercer uma influência significativa, impulsionando figuras como o bilionário Elon Musk — que financiou o novo governo Trump (2025) e assumiu um cargo de chefia no Departamento de Eficiência Governamental (DOGE, na sigla em inglês) — a ganharem notoriedade em nossa sociedade como "homens de sucesso". Sob essa ótica, eles são vistos como indivíduos que, por meio de suas empresas, prestaram um "favor à sociedade". Segundo essa perspectiva, sua praxiologia empresarial seria capaz de otimizar os "resultados" do Estado, frequentemente criticado como gastador excessivo de recursos e ineficiente ao público. No entanto, os cortes promovidos por essa lógica não atingiram - historicamente - as áreas de interesse do empresariado, mas sim as políticas sociais que visam mitigar as condições degradantes da reprodução da vida da classe trabalhadora³⁴.

³⁴ Esses aspectos da política social, ainda que não universalizados na periferia do capitalismo como nos países centrais, nos chamados “anos dourados”, do século passado, passam por alterações significativas, como demonstra uma significativa literatura do Serviço Social. Como mostra Granemann: “Somente quando na vigência das crises agrava-se o quadro de desempregos, e isso se combina às necessidades dos capitais por espaços de inversão de seus lucros nos âmbitos da vida social que antes foram conquistados pela classe trabalhadora como direitos sociais, impõe-se a nova forma da política social. Na ausência de emprego, a forma *monetizada* da política social aparece como uma “solução” simultaneamente econômica e política importante para a contenção das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida. *Econômica*, por levar às instituições bancário-financeiras massas de recursos muito expressivas para serem utilizadas como capital de empréstimo, fictício, portador de juros, ou seja, *ativos* que serão operados como parte de seu negócio; todavia, individualmente são somas tão apequenadas as que se distribuem para os/as usuários/as das políticas sociais que não incidem, no Brasil para além do estrito ser natural. Dito de outro modo, para os grandes capitais bancários/financeiros as somas são expressivas para impulsionar grandes lucros, mas, para as trabalhadoras e trabalhadores alcançados por essas políticas, o seu resultado é a manutenção de miseráveis condições de vida (Granemann, 2018, p.182-183).

Além disso, o irracionalismo de direita de nosso tempo, que se manifesta em um discurso de cientificismo positivista em defesa do capital³⁵ — como no caso de Elon Musk e sua SpaceX —, busca mercantilizar as viagens espaciais, restritas a um pequeno grupo de detentores de fortunas bilionárias. Paralelamente, esse mesmo fenômeno se expande por meio de tecnologias da informação, que atuam na propagação de desinformações (as *fake news*) através de plataformas como a X (antigo Twitter), também controlada majoritariamente por Elon Musk. Nesse ambiente, proliferam discursos de ódio e um posicionamento anticientífico, baseado em um relativismo intuitivo e em uma apologética explícita ao capital como único modo de produção e relação social viável e possível.

Dessa forma, a crítica de Lukács ganha ainda mais relevância como uma chave analítica para compreender as transformações societárias atuais, marcadas pela crise do capital e, em particular, pela crise da razão. Esse fenômeno, descrito de modo aproximativo, revela uma aparente renúncia ao irracionalismo, mascarada pelo caráter "científico" que sustenta essa ontologia do mercado exacerbada, como a proposta por Hayek e Mises, que sustentam o neoliberalismo.

Mas só aparentemente, pois o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediatez da superfície da realidade econômica. Estamos, portanto, diante de uma nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade (Lukács, 2020, p.673).

E estamos diante de um novo cenário político, no qual a extrema direita, aproveitando-se de uma crise estrutural do capital, assume protagonismo em diversas frentes para sustentar um projeto anticivilizatório, mas que ainda reproduz a lógica do valor. Esse processo é impulsionado pelas contradições endógenas do sistema, que avançam por meio de constantes curto-circuitos decorrentes do descompasso entre riqueza material e riqueza abstrata (Postone, 2014). Embora essa riqueza seja produzida pelos sujeitos, ela os condiciona a comportamentos individuais e coletivos que lhes são estranhos, obscurecendo a compreensão de sua própria causalidade.

³⁵ Precisamos nos ater a uma crítica do cientificismo positivista que cerca o modo de produção capitalista. Este põe as bases de uma compulsão ao “avanço tecnológico”, destrutivo do ponto de vista ambiental e social, em nome da lucratividade e da expansão da lógica do valor. Antunes traz uma reflexão interessante: “Se o universo do trabalho on-line e digital não para de se expandir em todos os cantos do mundo, é vital recordar também que o primeiro passo para se chegar ao smartphone e a seus assemelhados começa com a extração de minério, sem o qual os ditos cujos não podem ser produzidos. E as minas de carvão mineral na China e em tantos outros países, especialmente do Sul, mostram que o ponto de partida do trabalho digital se encontra no duro ofício realizado pelos mineiros. Da extração até sua ebulição, assim caminha o trabalho no inferno mineral” (Antunes, 2018, p.19-20).

Dessa maneira, o debate pela via do *mainstream* tanto das crises econômicas, do Estado e ambientais são atrelados à causalidades exógenas e não a esses próprios estranhamentos gerados pelo praxis dos próprios sujeitos no capitalismo. Por isso, essas teorias criam, “conexões não existentes”, como diz Lukács (2020, p. 673) na menção anterior.

Em contrapartida, entendemos que essas disfuncionalidades são inerentes ao capital, são motores das crises societárias, sintetizado pelo avanço crescente das forças produtivas em contradição com as relações sociais de produção, como bem destacou Marx (2017a). Ao mesmo tempo, tal como aponta Lukács (2020), esse fenômeno representa o terreno fértil para uma nova onda de irracionalismo, mas baseado numa pseudo racionalidade de cariz “científico”.

Guido Oldrini, por exemplo, destaca a importância histórica para a crítica da crise da razão, uma vez que:

Jamais esbarramos em algo permanente fixo; os avanços obscuros do singular e do irracional dominam a razão, a indeterminação sobre as leis; o arbítrio subjetivista, embora de algum modo contido, está no virar da esquina como uma ameaça contínua. Assim, entre a respeitabilidade posterior do sistema do saber, das “ciências do espírito”, abrem-se buracos e fendas assustadoras, preenchíveis apenas com remédios artificiais. À medida que o confronto é pouco esclarecido com a realidade objetiva e a cultura recolhe-se em uma esfera especializada, separada, na esfera insondável – aparentemente “mais profunda” – do si-mesmo espiritual, manipulações, distorções, argumentações interessadas, apologias do existente têm campo livre, trazendo o amordaçamento dos contrastes reais dentro de esquemas convenientes, produzidos deliberadamente e muitas vezes transmitidos, na sua infelicidade como “destino” da época (Oldrini, 2017, p.40).

Como podemos observar, de maneira aproximada, em pensadores como Hayek, essa visão de mundo é apresentada como uma visão de mundo neoliberal, que molda a prática de indivíduos cada vez mais individualizados e céticos em relação à ciência, à verdade e à modernidade. Em síntese, ela se opõe à razão como ferramenta essencial para desvendar os nexos mais profundos da realidade. E, assim, “dessa teoria decorre que os indivíduos são irrevogavelmente alienados e que a razão cognitiva - entendida como razão instrumental e adaptativa que explica, prevê e controla as circunstâncias particulares da vida social...” (Prado, 2012, p.112).

Considerações finais

Desse modo, o artigo buscou demonstrar as conexões mais gerais desse quadro de crise do capital, que constitui o terreno material-concreto propício para o surgimento de uma nova onda irracionalista de direita e de práticas cada vez mais anticivilizatórias. Tais práticas são características de uma fase imperialista, em que as contradições do capital se

intensificam, especialmente no que diz respeito à produção e apropriação do mais-valor. Em essência, trata-se do conflito histórico entre capital e trabalho, que ganha novas determinações concretas. Assim, no mundo pós-2008, o suposto "novo" permanece profundamente enraizado no "velho" capitalismo, com suas legalidades e tendências que implicam uma crescente socialização, porém marcada por traços mais reacionários e apologéticos à ordem econômica e social vigente.

Esse cenário implicou no avanço da extrema direita, um fenômeno que ganha destaque político e mobiliza as massas rumo a uma barbarização latente da vida, marcada por uma ideologia neoliberal mais exacerbada, conservadora e reacionária, que busca justificar o mundo sob essa ótica. Sua maior expressão se materializa no novo governo de Donald Trump, cujas pautas visam manter uma identidade norte-americana nacionalista e supremacista branca, criando "inimigos públicos" como imigrantes, negros, povos originários, entre outros. No entanto, esse fenômeno não se restringe aos Estados Unidos, podendo ser observado também no caso brasileiro, como o antigo governo Bolsonaro, mas que precisa de melhores mediações.

O combate a essa “cronificação da crise” (Netto, 2012) e barbarização do cotidiano, parte essencialmente pela defesa de um projeto societário alternativo, que precisa iniciar pela crítica do entendimento do presente, das suas transformações societárias. Nesse sentido, esse artigo é apenas um esboço de um arranjo teórico-crítico a partir da tradição e método marxista, e que parte para defesa da razão, como instrumento histórico-dialético de cognição e transformação do mundo pela via das lutas da classe trabalhadora organizada.

Portanto, o presente artigo buscou traçar um amplo panorama e destacar as mediações essenciais – de modo aproximativo - que apontam para o esgarçamento societário, impactando os diversos complexos sociais (Lukács, 2013), com ênfase no terreno econômico e ideológico do capitalismo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Editora 34, 2023.

ARAUJO, Paulo Henrique (org.). **Dominação impessoal e temporal: o trabalho na sociedade do capital**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

DE ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Dissolução dos laços sociais mediados pelo valor:: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo civilizatório. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** , p. 133-166, 2024.

AUGUSTO, André Guimarães. De Adam Smith a Von Mises: a decadência ideológica do liberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 43-80, 2021.

BEHRING, Elaine. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *In: Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 3, p. 73-84, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *In: Revista Aurora*, v. 3, n. 2, p. 3-10, 2010.

CARVALHO, Rosangela Nair Barbosa de; SILVA, Mossicléia Mendes da. Reforma trabalhista e tempo de trabalho: recomposição dos instrumentos legais do trabalho assalariado no Brasil. *In: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. da C.; FORTI, V. L. (Orgs.). Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias*. Rio de Janeiro: Navegando Publicações, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUAYER, Mário. **Apresentação**, in: MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

FOSTER, John Bellamy. O novo irracionalismo. *In: Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 2, p. 383-413, 2023.

GRANEMANN, Sara. Capitalismo “puro”, Estado e fundo público. *In*: GRANEMANN, Sara (org.). **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

GRESPLAN, Jorge. A crise de sobreacumulação. *In*: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise econômica mundial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Lênin, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio de divulgação ao público; [tradução Edições Avante!]; revisão da tradução Paula Vaz de Almeida. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editoria, 2020.

MARX, Karl. **O capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Reginaldo Sant'Anna. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Volume 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OLDRINI, Guido. **György Lukács e os problemas do marxismo do século 20**. Trad. Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

PRADO, Eleutério F. S. A dialética de Marx e o evolucionismo. *In*: GANEM, Angela; FREITAS, Fabio; DE MALTA, Maria Mello (orgs.). **Economia e filosofia**: controvérsias e tendências recentes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

PRADO, Eleutério F. S. Exame crítico da teoria da financeirização. *In*: **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 21, n. 39, p. 13–34, 2014.

RODRIGUES, Mavi. Longos anos 1960 de CNC: a renovação do marxismo e 1968. *In*: BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi (Orgs.). **Cultura, Democracia e socialismo**: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. Rio de Janeiro: ESS-UFRJ, 2006. Tese (Doutorado).

RODRIGUES, Mavi. Serviço Social em Tempos de conservadorismo reacionário: contribuições para análise. *In*: **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira**: reflexões e perspectivas no contexto da pandemia. 1. ed. Recife: Editora UFPE, p. 47-57, 2021.

RODRIGUES, Mavi; MOTA, Ana Elizabete. **Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes**. *In*: Anais-VI Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina. Santa Catarina: UEL, 2021.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Edições Iskra e Boitempo Editorial, 2021.